

13

A DEMOCRACIA DIRETA APOIARÁ
O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À
NUTRIÇÃO NA SUÍÇA?

*Léa Winter e Valentina Hemmeler Maiga*¹

Nos últimos anos, os suíços têm passado por vários escândalos alimentares, entre eles o da carne de cavalo rotulada como carne de bovino² e o das bactérias fecais nas tartes do Ikea.³ Estes casos põem em evidência a falta de controlo e a degeneração dos atuais métodos de produção industrial. Além disso, as camponesas e camponeses expressaram já reiteradamente a sua insatisfação com a falta de apoio político para a agricultura camponesa. Como forma de protesto contra os preços de mercado, insuficientes para cobrir os seus custos de produção, o campesinato organizou uma série de manifestações na capital para exercer pressão sobre o Parlamento. Estas ações permitiram evitar os cortes orçamentais previstos pelo Conselho Federal (o poder executivo suíço) em 2016. No entanto, esse mesmo Conselho continua a negligenciar o problema dos preços e a favorecer o comércio livre em detrimento das mulheres e homens camponeses⁴.

1 *Léa Winter* é copresidente da FIAN Suíça. Para mais informações, veja: www.fian-ch.org. *Valentina Hemmeler Maiga* é secretária sindical da Uniterre, um sindicato camponês membro de La Via Campesina. Para mais informações, veja: www.uniterre.ch.

Agradecimentos especiais a Christophe Golay (FIAN Suíça e Academia de Direito Internacional Humanitário e de Direitos Humanos de Genebra – *Académie de droit international humanitaire et de droits humains à Genève*) e Bernhard Walter (Pão para o Mundo – Serviço Protestante para o Desenvolvimento) pelo seu apoio na revisão deste artigo. Este artigo foi escrito originalmente em francês.

2 Nau, Jean-Yves. “Viande de cheval: premières leçons d’un ‘scandale’”, *Revue Médicale Suisse* (2013), pp. 532–533. Disponível em: www.revmed.ch/rms/2013/RMS-376/Viande-de-cheval-premieres-lecons-d-un-scandale.

3 “Ikea a bien écoulé des tartes aux matières fécales en Suisse”, *Radio Télévision Suisse*, 11 de março de 2013. Disponível em: www.rts.ch/info/suisse/4727217-ikea-a-bien-ecoule-des-tartes-aux-matieres-fecales-en-suisse.html.

4 Veja a mensagem de Bernard Lehmann, diretor do Gabinete Federal da Agricultura (*Office fédéral de l’agriculture*, OFAG), disponível em: www.youtube.com/watch?v=XAL7E3z6Dk&feature=youtu.be, e a página da OFAG sobre os acordos de comércio livre, disponível em: www.bhv.admin.ch/index.html?lang=fr.

Em resposta, várias formações políticas e grupos de interesse lançaram iniciativas populares federais⁵ com base nas quais a população suíça é convidada a manifestar-se sobre vários temas relacionados com a alimentação.

AS INICIATIVAS SUBMETIDAS AO VOTO

No dia 28 de fevereiro de 2016, a população infelizmente rejeitou a iniciativa apresentada pela Juventude Socialista, intitulada *Sem especulação sobre os produtos alimentares*,⁶ que visava proibir esta deriva do sistema financeiro geradora da volatilidade dos preços dos alimentos e, por consequência, criadora de dificuldades acrescidas para os países mais vulneráveis, que precisam de importar alimentos para abastecer as suas populações.

A FIAN Suíça envolveu-se nesta questão, analisando-a no guia *Trabalhar em Genebra pelo direito à alimentação nos países do Sul*.⁷ Um comunicado de imprensa foi também difundido em colaboração com os seus parceiros.⁸ No entanto, os argumentos falaciosos dos opositores levantaram o espectro da perda de empregos, procurando conscientemente causar confusão ao afirmarem, de forma equivocada, que o comércio normal dos produtos alimentares seria afetado por esta mudança na Constituição.⁹

DUAS OUTRAS INICIATIVAS POPULARES TAMBÉM SERÃO SUBMETIDAS AO VOTO:

1. A iniciativa *Pela segurança alimentar*,¹⁰ apresentada pela União Suíça dos Camponeses (USP, na sigla em francês), pretende reforçar a oferta de alimentos oriundos de uma produção suíça diversificada e sustentável. A iniciativa também exige medidas eficazes contra a perda de terras cultivadas na Suíça e a manutenção de baixos encargos administrativos no domínio agrícola. Este texto afetará a orientação da política agrícola.
2. A iniciativa *Por alimentos equitativos*,¹¹ apoiada pelo partido ecologista suíço (os Verdes), destaca os problemas causados pela produção industrial de alimentos (condições de trabalho e de vida extremamente precárias para as trabalhadoras e trabalhadores agrícolas, perda de fertilidade do solo e de biodiversidade, o efeito de dumping da alimentação de baixo custo, que prejudica o campesinato suíço) e exige que as normas aplicadas aos alimentos produzidos na Suíça sejam aplicadas da mesma forma aos alimentos importados. Finalmente, propõe regulamentar os direitos aduaneiros e dar uma vantagem competitiva à produção regional e sazonal.

O Conselho Federal recomendou à população que rejeitasse estas iniciativas, que serão votadas dentro de dois a três anos, argumentando que violam as regras do direito comercial e que não existe nenhum problema de segurança alimentar na Suíça.¹²

Em março de 2016, foi apresentada uma terceira iniciativa:

3. A iniciativa *Pela soberania alimentar*,¹³ apresentada pela Uniterre, um sindicato camponês membro da Via Campesina, tem por objetivo promover uma agricultura camponesa rentável e diversificada na Suíça, garantir aos jovens o acesso à terra e fortalecer os circuitos alimentares locais. Este texto vai além da iniciativa dos Verdes, pois propõe proibir os organismos geneticamente modificados (OGM) e garantir o direito das agricultoras e agricultores a utilizar, multiplicar, trocar e comercializar sementes. Além disso, pede o fim dos subsídios concedidos à exportação de produtos agrícolas e afirma que, em caso de violação das normas sociais e ambientais suíças, deve haver a possibilidade de elevar os direitos aduaneiros específicos ou, até mesmo, de proibir a importação de produtos que não cumpram as normas. Esta iniciativa espera que a Confederação estabeleça condições para a criação de um mercado mais transparente, promovendo a gestão das quantidades produzidas e garantindo preços justos para as camponesas e camponeses e salários justos para as trabalhadoras e trabalhadores agrícolas na Suíça. Finalmente, confere um lugar central ao conceito de soberania alimentar, para que a população suíça seja soberana em relação ao tipo de política agrícola e alimentar que deseja desenvolver em relação às outras regiões.

5 Na Suíça, “as pessoas com direito a voto podem apresentar, por iniciativa popular, uma proposta de modificação à Constituição Federal a ser decidida por voto popular. Para que a iniciativa seja aceite, deverá recolher as assinaturas de 100 mil cidadãos ativos num prazo de 18 meses. (...) As iniciativas populares são o motor da democracia direta, pois não emanam nem do Parlamento nem do Governo, mas sim diretamente dos cidadãos.” Disponível em: www.bk.admin.ch/themen/pore/vi/index.html?lang=fr.

6 Para mais informações, veja a campanha: stopspeculation.ch.

7 FIAN Suíça. “Agir à Genève pour le droit à l’alimentation dans les pays du Sud”, 2013. Disponível em: fian-ch.org/content/uploads/guide-Agir-pour-le-DAA-dans-les-pays-du-sud1.pdf.

8 Veja o comunicado de imprensa de 19 de fevereiro de 2016 da FIAN Suíça, CETIM, Swissaid e Uniterre, disponível em: fian-ch.org/fr/medias/communiqués-de-presse.html.

9 Para mais informações, veja o sítio da campanha do NÃO: juso-spekulation-nein.ch.

10 Para mais informações, veja o sítio da campanha: www.securealimentaire.ch/fr.

11 Para mais informações, veja o sítio da campanha: www.verds.ch/gruene/fr/campagnes/initiative_aliments-equitables/initiative.html.

12 Veja, em particular, a mensagem do Conselho Federal sobre a iniciativa apresentada pela USP, disponível em: www.admin.ch/opc/fr/federal-gazette/2015/5273.pdf.

13 Para mais informações, veja o sítio da campanha: www.souverainete-alimentaire.ch/in/fr.

FAZER BOAS ESCOLHAS PARA O FUTURO DE TODAS E TODOS

Atualmente, a Suíça perde três explorações agrícolas por dia, e o seu setor agrícola registrou uma perda de 50% dos postos de trabalho em 30 anos (de 300 mil para 150 mil).¹⁴ O país fez uma escolha pela importação, que representa quase a metade dos alimentos consumidos no país. No entanto, a população sente diariamente os efeitos do sistema alimentar mundial e das suas externalidades negativas no que diz respeito ao ambiente, ao esgotamento do solo, à poluição dos lençóis freáticos, à perda da biodiversidade agrícola e às consequências para a saúde.

Este sistema também tem um impacto sobre o direito à alimentação e à nutrição nos países do Sul que, inundados de importações subsidiadas, não conseguem desenvolver a agricultura local. Forçados a abandonar as suas terras, os camponeses e camponesas do Sul fazem crescer os bairros pobres das megalópoles. A pobreza rural conduz à pobreza urbana e é, ela própria, a causa da fome.

CONCLUSÃO

As camponesas e camponeses que praticam a agricultura de pequena escala, a única capaz de alimentar o mundo inteiro sem arruinar o planeta, estão em risco na Suíça e em toda parte. A população suíça tem a sorte de contar com um sistema de democracia direta que lhe permite decidir sobre uma nova política agrícola e alimentar cidadã que favoreça a agricultura camponesa, o ambiente e a saúde pública. Esperamos que aproveite esta oportunidade!

14 Bolay, Charles Bernard. "Spéculation: On ne joue pas avec la nourriture", *Journal d'Uniterre*, janeiro de 2016. Disponível em: viacampesina.org/fr/index.php/les-grands-ths-mainmenu-27/souverainetimentaire-et-commerce-mainmenu-38/1232-speculation-on-ne-joue-pas-avec-la-nourriture.